

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro mira emprego para quem tem menos de 30 anos.....	2
Título: Derramamento de óleo em praias do NE provoca reação na Câmara	4
Título: É preciso mais esforço contra a tragédia do óleo no litoral	5
Título: Petróleo, benção ou maldição?	7
Título: Vendas crescem e Vale lucra R\$ 6,5 bilhões no 3º trimestre	9
Título: Conselheiro é contra capitalizar Eletrobras em R\$ 10 bi.....	11
Título: No balcão de vendas, CSN inclui área de mineração.....	12
Título: Petrobras lucra R\$ 9,1 bilhões no 3º tri.....	15
Título: Gás em terra e GNL superam o pré-sal.....	17
Título: Avança venda de refinarias.....	18
Título: Fusões e aquisições acima de R\$ 1 bi batem recorde no 1º semestre	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Lucro da Petrobrás cresce 36,8% e atinge R\$ 9,1 bilhões no 3º trimestre.....	20
Título: Fluxo de dólares para País deve crescer com reforma e leilão, diz BC.....	21
Título: A nova rota da China.....	22
Título: Após prejuízos com Brumadinho, Vale tem lucro de R\$ 6,5 bi.....	25
Título: Itaú BBA estuda entrar em venda de energia elétrica.....	26
Título: Salles insinua relação de ONG com óleo.....	26
Título: CPI do Óleo?.....	28
Título: Atrás de um fim para a sujeira do litoral	28
Título: Voluntários relatam náusea, tontura e alergia após contato com óleo em praias	29
Título: Presidente do Senado propõe MP para limpar litoral	31

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	31
Título: Para evitar paralisia, governo quer elevar gastos a R\$ 100 bi	31
Título: Após tuíte de Salles, Greenpeace diz que tomará medidas legais contra ministro	33
Título: Óleo já atingiu ecossistemas de 14 unidades de conservação do país.....	36
Título: Benefício a pescadores pode ser ampliado	38
VEÍCULO: O Globo.....	38
Título: Petrobras lucra R\$ 9,09 bi no terceiro trimestre, alta de 36,8%	38
Título: Nove meses após Brumadinho, Vale volta ao lucro	40
Título: O que dizia o manual?.....	41
Título: Perder tempo	43
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	44
Título: Recursos para mitigar efeitos do óleo no NE.....	44
Título: Salles acusa Greenpeace.....	45

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Cristina Fernandes — De Pequim

Título: Bolsonaro mira emprego para quem tem menos de 30 anos

Pessoas com mais de 54 anos também serão alvo de medida

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, em Pequim, que o governo prepara medidas atacar o problema de desemprego no país, com flexibilização de direitos para quem tem menos de 30 anos e mais de 54 anos.

“É parecido com a carteira verde-amarela. Menos encargos trabalhistas. Até 29 anos e a partir de 55 anos vai ser dada ênfase nessas pontas. As pessoas reclamam que vão ficando mais velhas e não encontram mais emprego. Não dá para mexer na CLT porque esta engessada pela Constituição”, afirmou.

“Quem quer empregar está com medo por causa da Justiça do Trabalho”, disse o presidente sem dar detalhes sobre como seriam essas medidas.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do IBGE, a taxa de desemprego no país era de 26,6% no segundo trimestre para os jovens de 18 a 24 anos. No caso das pessoas com mais de 60 anos, o desemprego era de 4,4%. A taxa geral do país estava em 12,4%.

A redução de direitos trabalhistas para facilitar a contratação de grupos mais vulneráveis está em gestação no governo há alguns meses. Uma das ideias que vinham sendo discutidas era a redução da alíquota do FGTS de 8% para 2% para a contratação de pessoas desempregadas há mais de dois anos ou jovens com até 24 anos. Outro alvo de estudo era a diminuição da alíquota patronal de recolhimento ao INSS, nesses casos.

Anteontem, também em Pequim, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, havia citado como prioridade do governo o pacote de “empregabilidade”, também a ser enviado ao Legislativo.

Segundo ele, a proposta tem potencial para gerar 3 milhões de vagas em dois anos e negou que nele esteja embutida a criação da carteira verde-amarela, proposta da campanha presidencial. A carteira, que avança na mitigação de direitos trabalhistas já realizada pela reforma do governo Michel Temer e por medidas provisórias desta gestão, seria apresentada junto com a proposta de capitalização da Previdência.

Sobre a reforma administrativa, Bolsonaro afirmou que “não haverá perda de estabilidade para quem já é funcionário [público], só para quem entrar no serviço depois da lei. Não sei se vai incluir Estados e municípios, toda vez tem problema nisso, veja a [reforma da] Previdência.”

O presidente comentou ainda sobre a polêmica proposta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que prevê que usuários de sistemas de geração s distribuída passem a pagar pelo uso da rede de distribuição, já que esses equipamentos injetam energia na malha. A regra está prevista para valer a partir de 2020, quando entrar em vigor. O principal alvo dessa mudança é a energia solar, já que esse fonte representa 98% das conexões com micro ou minigeração distribuída no país.

“Vai haver uma grande reunião do setor com o **Bento [Albuquerque, ministro de Minas e Energia]** na quinta-feira. Devemos estimular o consumo sem qualquer taxação. Eles alegam que o cidadão vai ter a opção de vender o excedente que não usar. Queremos pelo menos que a Aneel, que é uma agência

independente, que aquele cara que não queira vender seu excedente não tenha taxaço alguma”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Política

Autor: Marcelo Ribeiro e Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Derramamento de óleo em praias do NE provoca reação na Câmara

Proposta de CPI para investigar vazamento de óleo conta com 267 assinaturas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediu ontem explicações do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em relação a insinuações de que o Greenpeace poderia ser o responsável pelo derramamento de óleo no litoral do Nordeste brasileiro. O vazamento, que já atinge todos os Estados da região, mobiliza a Câmara. Um requerimento para a instalação de uma CPI obteve 334 assinaturas da Câmara, das quais 267 foram consideradas regulares pela Secretaria Geral da Mesa. É mais do que a maioria absoluta da Casa.

“Tem umas coincidências na vida né... Parece que o navio do #greenpixe estava justamente navegando em águas internacionais, em frente ao litoral brasileiro bem na época do derramamento de óleo venezuelano”, escreveu o ministro em seu perfil em uma rede social. Horas depois, em Pequim o presidente Jair Bolsonaro também deu a entender que a ONG teria alguma participação no problema. “Vazamento é ato terrorista. Esse Greenpeace só nos atrapalha”, disse.

A publicação de Salles provocou a reação do presidente da Câmara. “Estamos esperando uma posição oficial do Ministério do Meio Ambiente”, publicou Maia, a quem caberá avaliar a instalação da CPI, proposta pelo deputado João Campos (PSB-PE).

Campos afirmou que parlamentares da oposição conversaram com Maia em uma reunião na terça-feira, para consultá-lo sobre a viabilidade da instalação da CPI. “Apresentei a ele nossa iniciativa, com apoio da oposição, e o presidente demonstrou preocupação com a situação do Nordeste e disse que a gente tinha que pensar o melhor caminho a ser tomado”, detalhou.

Segundo o parlamentar do PSB, Maia afirmou que tomará uma decisão após retornar ao Brasil. Técnicos da Câmara consideram que a CPI pode não sair do papel, em função das dificuldades de se definir quem seriam os suspeitos pelo desastre ambiental.

Em Aracaju (SE), Ricardo Salles afirmou que a ONG recusou-se a atuar no combate ao desastre ambiental. Segundo o ministro, ele teria sido informado que trafegava pela costa brasileira o navio do Greenpeace no período do acidente. “O navio não se prontificou a parar para ajudar. Isto só reforça a atitude de não querer ajudar. Eles são bons de marketing, de discurso e de arrecadação. Mas, trabalho não”, afirmou Salles. O Greenpeace nega as acusações. **(colaboraram Ana Assunção, para o Valor, de Aracaju, e Maria Cristina Fernandes, de Pequim)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: É preciso mais esforço contra a tragédia do óleo no litoral

Depois do aumento vertiginoso dos incêndios criminosos na floresta amazônica, o Brasil vive a maior catástrofe ambiental em extensão, com manchas de petróleo que invadiram o litoral do Nordeste e se espalharam, desde 30 de agosto por 2.250 km - nada menos que 30% de toda a costa do país. Não se sabe a origem do derramamento nem sua localização, o que impede qualquer tentativa de circunscrever o óleo, impedir que chegue às praias e limitar seus danos. O caminho das manchas percorreu 88 municípios e 231 localidades, além da foz do rio São Francisco, manguezais e recifes de corais. Tragédias dessa magnitude e com essas características exigem ações coordenadas rápidas, de acordo com planos de ação e pronta disponibilidade de meios materiais para intervenções. O Estado brasileiro e suas unidades federativas, mostra a tradição, não são bons nisso.

Ao contrário da piromania na Amazônia, que minimizou, para escândalo da comunidade internacional, o governo de Jair Bolsonaro não tem responsabilidade pela poluição que chegou a centenas de praias nordestinas e à Baía de Todos os Santos, a segunda maior do mundo. O desmonte administrativo e econômico dos órgãos ambientais complica a resposta dos órgãos públicos e afeta sua eficiência. No caso, mais importante parece ter sido outro desmonte, o de centenas de comissões existentes, feito sem serenidade e critérios. Na penada, dada com a tinta da ideologia, foram eliminadas duas comissões encarregadas da execução do plano nacional de contingências para incidentes de poluição por óleo em água, aprovado em 2013. Com o avanço da exploração do petróleo do pré-sal, foi um ato de total leviandade. O desastre de agora mostra seu desatino.

O presidente Jair Bolsonaro arregalou os olhos quando análises mostraram que o petróleo tem origem na Venezuela, para ele a besta-fera bolivariana. Ricardo

Salles, ministro do Meio Ambiente, acionou a Organização dos Estados Americanos para que a Venezuela se manifeste sobre o óleo. Bolsonaro ventilou mais uma ideia tola, a de que o incidente criminoso tinha por objetivo frustrar o megaleilão da cessão onerosa. Salles, criticado por inação, contra-atacou os “ecoterroristas” das ONGs. O Ministério Público e procuradores dos 9 Estados afetados foram mais sóbrios e objetivos ao diagnosticarem que a “União não está adotando as medidas adequadas”.

Mas a politização da catástrofe não trará a regeneração da natureza. Procurar segundos culpados quando não existe sequer o principal é inútil. É preciso que todos os meios intelectuais e materiais do Estado e da sociedade civil sejam mobilizados à altura de uma calamidade desta envergadura.

Uma ação conjunta da Marinha e Petrobras colocou em campo 3.400 pessoas para recolher os dejetos. Na segunda, o governo pôs à disposição o efetivo da 10ª Brigada do Exército do Recife, com efetivo de 4 mil homens. Milhares de pescadores, habitantes das comunidades costeiras e voluntários se lançaram às praias para fazer o que resta fazer diante dessa tragédia - retirar uma a uma as gosmas oleosas. O Ministério da Agricultura saiu em socorro dos pescadores, antecipando o seguro-defeso, pois eles ficaram repentinamente sem renda.

O plano de contingência tem protocolos úteis a serem seguidos e o governo, que hostiliza a comunidade científica, precisa mais do que nunca dela agora - sem condições. Informações valiosas sobre o local do derramamento - possivelmente de 400 a 700 km da costa - foram dadas por pesquisadores da UFRJ e outros centros de ensino. A decretação de “estado de emergência” ambiental pode, em tese, dar mais organização e direção aos esforços feitos e por fazer.

Os danos exigirão ações de longo prazo. Calcula-se que 144 mil pescadores e marisqueiros ficarão sem fonte de sustento por um prazo indeterminado. O óleo contaminou vários manguezais, zonas naturais de reprodução de muitas espécies, como caranguejos, mariscos, aratus e sururus. A degradação do óleo nesses habitats pode levar décadas. Com o passar do tempo, o óleo libera metais pesados e substâncias tóxicas. A cadeia alimentar do mar se contamina. Há sinais da presença de metais pesados em pescados, uma grave ameaça econômica, sanitária e ambiental. Além disso, 12 áreas de proteção ambiental foram atingidas, entre elas a de Curupuru, no Maranhão, colocando sob risco o peixe-boi.

É hora de trabalhar sério - mil toneladas de óleo foram tiradas do mar e não se sabe quanto mais há ou virá.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/10/2019****Seção: Opinião****Autor: Carlos Von Doellinger****Título: Petróleo, benção ou maldição?**

“Eis que ponho diante de ti a benção ou a maldição...” Deuteronômio 11:26-32, Bíblia Sagrada.

Um famoso “best-seller” publicado no Brasil algo tardiamente em 2015, de autoria do escritor Michael Ross, cujo título em português é “A Maldição do Petróleo” (The Oil Curse, no original) causou grande perplexidade, eis que contrariava o juízo comum, até então presente, de que essa riqueza mineral era uma benção da natureza para alguns países afortunados.

O Brasil, como a maioria dos países importadores, sofreu muito em passado recente com a decisão da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), de impor um verdadeiro “choque” de fortes aumentos de preços do barril de petróleo decidida pelo cartel petrolífero em 1973 e anos subsequentes.

Sobrevieram crises e penosos ajustes àquela nova realidade, mas havia pouco a fazer, tendo em vista o controle da oferta global por um reduzido grupo de países. Ao longo dos anos os ajustes permitiram redução do consumo e aumento de produção, de tal forma que hoje a “commodity” tornou-se muito mais acessível e de certa forma perdeu grande parte do “glamour” de ser uma benção.

Poderia ser criado um fundo soberano a exemplo dos conhecidos fundos pioneiramente criados pela Noruega

Todavia, conquanto deixasse de ser uma benção, porque afinal seria maldição? Essa tese foi apresentada no volumoso tomo de Ross, contendo uma pletora de dados, constatações e argumentos. Pareceu bastante convincente. Na verdade, o que o livro mostrava é que o precioso combustível fóssil poderia ser benção ou maldição, a depender das escolhas e das circunstâncias da economia de cada país. Sintetizando ao máximo, poderia ser maldição se a quase totalidade da atividade produtiva e das exportações do país se concentrassem naquele único produto, o que tendia a valorizar o câmbio e inibir a competitividade de todos os demais setores da economia.

Se hoje constatamos que um pequeno emirado árabe como o Catar, que produz mais de US\$ 6 milhões per capita do óleo cru ou refinado, possui a estonteante renda per capita de US\$ 102.600, também verificamos que Venezuela, que detém a maior reserva mundial do óleo, afunda na miséria mais abjeta de uma depressão econômica que parece nunca chegar ao “fundo do poço”.

E não é um caso isolado, embora seja o mais dramático. Na lista dos 10 maiores produtores encontramos países ainda muito pobres, como Turcomenistão, com desemprego de mais de 60% de sua população, Líbia, em crise permanente e guerra civil infindável, Iraque, igualmente miserável e conflagrado.

Outros grandes produtores, como os africanos Nigéria, Argélia e Angola, não conseguiram vencer a inércia que os aprisiona no “círculo vicioso da pobreza”.

Mas e o Brasil? Onde iremos nos situar nessa escolha terrível entre benção ou maldição? Afinal, somos o nono maior produtor, e provavelmente subiremos muito nessa classificação nos próximos anos, dadas as recentes reservas submarinas do “pré-sal”. Avaliações recentes dão conta que apenas com o leilão do excedente da cessão onerosa, previsto para o próximo mês de novembro, teremos R\$ 106,6 bilhões a serem repartidos entre Petrobras, governo federal e demais entes federados. E podemos ter quatro ou cinco vezes mais nos próximos anos.

Claro está que o Brasil está “anos-luz” de distância de ser um monoprodutor de petróleo. Possui uma economia “ainda” muito diversificada, embora com seu setor manufatureiro insistindo em encolher para algo como 11% do PIB (mais de 25% nos anos 70).

Porém, a ansiedade que se estabeleceu com a partilha desses recursos iniciais, especialmente com a disputa entre os entes federativos, é preocupante, e já se sabe que a efetiva utilização dessas benesses extemporâneas, que entraram no contexto do Pacto Federativo, serão submetidas a condicionalidades estritas.

Por exemplo, deverão ser prioritariamente utilizadas em casos específicos de acertos de débitos e notadamente para investimentos. A lógica básica dessa restrição é a de que seria recursos do tipo “once for all”, e portanto caberiam ser utilizados em despesas que resultassem em retornos futuros, como investimentos em infraestrutura, por exemplo. Ou para redução da dívida pública. Assim, não deveriam inibir ações de ajustes fiscais. Pelo contrário, seriam complementares ao ajuste.

Mas fica sempre a dúvida: e se as previsões mais otimistas do Brasil de se transformar em grande produtor mundial, de petróleo e gás, a ponto até de ser um grande exportador, se confirmarem? Não correria o risco de sucumbir à maldição do petróleo, pelas razões já mencionadas anteriormente?

Isso não ocorreu com países de economia já bem estabelecida, antes mesmo da presença mais significativa do óleo cru, como nos casos do Canadá e Noruega, grandes produtores mundiais. Mas trata-se de países com instituições muito fortes e economias altamente produtivas.

E no Brasil, o que passaria? Não é uma questão precipitada ou irrelevante, como poderia parecer às mentes mais pragmáticas e imediatistas. E nem sempre o senso comum poderia ser nosso porto seguro diante da tentação.

Por outro lado, essa possível pletora de súbita riqueza precisaria ser utilizada nas próximas duas décadas, pois já se sabe que o progresso tecnológico de novas fontes de energia limpa e barata, como a eólica e solar, irão dominar a cena, talvez até mais cedo do que se imagina.

Ou talvez ainda melhor que isso; poderia ser usada em um fundo de desenvolvimento econômico e social, a exemplo dos conhecidos “fundos soberanos” pioneiramente criados pela Noruega, com a riqueza petrolífera do Mar do Norte, e seguido por diversos outros países grandes produtores de petróleo, inclusive Arábia Saudita. Um fundo desse tipo seria perene se apenas os rendimentos fossem utilizados em gastos correntes e/ou parcelas limitadas do principal em formação de capital.

Cabe, portanto, o alerta. O país precisa se preparar para a utilização racional dessa benção da natureza e não permitir que se transforme em maldição.

Carlos von Doellinger é economista e presidente do Ipea.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas — Do Rio

Título: Vendas crescem e Vale lucra R\$ 6,5 bilhões no 3º trimestre

O aumento da produção e das vendas de minério de ferro depois de Brumadinho (MG) foram determinantes para o resultado da Vale no terceiro trimestre do ano. Entre julho e setembro, a receita da empresa atingiu R\$ 40,6 bilhões, alta de 7,4% sobre igual período do ano passado. O lucro antes de juros,

impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de R\$ 18,3 bilhões, 6,6% acima de julho-setembro de 2018. Já o lucro líquido da companhia ficou em R\$ 6,54 bilhões, alta de 13,71% sobre o ano passado.

Como sinalizado anteriormente pela mineradora e, de acordo com expectativas de mercado, a Vale não fez provisões, no terceiro trimestre, para fazer frente às despesas com Brumadinho. De julho a setembro, a empresa registrou R\$ 893 milhões em despesas relacionadas ao caso. No primeiro semestre, a mineradora reportou provisões de US\$ 5,65 bilhões para atender suas obrigações, incluindo indenizações e doações, remediação para áreas afetadas e compensações sociais. Em nove meses, foram desembolsados US\$ 608 milhões, com as provisões recuando para US\$ 4,76 bilhões, em 30 de setembro. A redução na provisão também foi influenciada pela depreciação do real frente ao dólar.

Do ponto de vista operacional, a Vale confirmou a expectativa do mercado e conseguiu reduzir o custo de produção de finos de minério de ferro, o chamado custo caixa C1 (da mina até o porto), para US\$ 15,3 por tonelada no terceiro trimestre, queda de US\$ 2,3 por tonelada em relação ao segundo trimestre. O movimento foi possível como resultado de maiores volumes e gastos menores com “demurrage” (encargos pela espera de navios) no terminal da empresa em Ponta da Madeira (MA).

Dois aspectos foram negativos. O primeiro foi o aumento do custo do frete marítimo, de US\$ 19,1 por tonelada no trimestre, US\$ 2,6 por tonelada maior do que no segundo trimestre do ano. A expectativa da Vale é que o custo do frete marítimo caia “ligeiramente” no quarto trimestre. O outro fator foi a redução no prêmio de qualidade recebido pelos finos de minério de ferro e pelotas, que atingiu US\$ 5,9 por tonelada no terceiro trimestre. O valor representa queda de US\$ 5,5 por tonelada em relação ao segundo trimestre, quando o prêmio obtido pela empresa ficou em US\$ 11,4 por tonelada.

O preço realizado para os finos de minério de ferro, seu principal produto, também caiu. Ficou em US\$ 89,2 por tonelada, ante US\$ 94,6 por tonelada no segundo trimestre. No terceiro trimestre, o preço do minério com 62% de teor de ferro no mercado à vista da China situou-se em US\$ 102 por tonelada. A Vale recebe adicionais pelo seu produto (prêmio), mas a política de precificação da companhia, que considera diferentes fórmulas, terminou resultando, no trimestre, em valores líquidos abaixo do preço de referência. Também pesa nessa conta o desconto por “umidade” do produto.

Entre julho e setembro, a Vale também registrou redução do endividamento. A dívida líquida ficou em US\$ 5,3 bilhões em 30 de setembro, US\$ 4,4 bilhões a menos do que os US\$ 9,7 bilhões de 30 de junho. É o nível mais baixo de dívida desde o quarto trimestre de 2008. A companhia informou que a redução se

deve, sobretudo, à liberação de US\$ 1,8 bilhão de caixa bloqueado e à forte geração de caixa do terceiro trimestre. A geração de caixa foi de US\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Conselheiro é contra capitalizar Eletrobras em R\$ 10 bi

A capitalização de R\$ 10 bilhões da Eletrobras, anunciada na semana passada, não foi aprovada por unanimidade no conselho de administração da estatal, na reunião de 14 de outubro. O conselheiro independente Mauro Rodrigues da Cunha se manifestou contrariamente à realização da operação.

De forma simplificada, o conselheiro, um dos pioneiros no Brasil na defesa de boas práticas de governança corporativa, não vê justificativa para a Eletrobras buscar recursos dos acionistas neste momento, conforme manifestou em seu voto por escrito. E aponta, ainda que de forma discreta no texto, questões delicadas relacionadas ao momento da transação e até incoerência na argumentação.

Além de uma esperada melhora do balanço, a Eletrobras acredita que a operação vai gerar um reforço de caixa, com potencial para redução do nível de endividamento. A ata completa do encontro foi divulgada na quarta-feira. Rodrigues da Cunha foi indicado como membro independente pela União. Procurado, não quis comentar.

A operação será realizada por meio de um aumento de capital privado e não oferta pública. Na prática, significa que os atuais acionistas serão chamados a colocar dinheiro no negócio. O voto de Rodrigues da Cunha indica preocupação com a decisão pela capitalização estar relacionada à possível liberação de R\$ 2,3 bilhões em dividendos retidos, relativos a 2018. A distribuição desses recursos resultaria em pagamento adicional à União de R\$ 1 bilhão, além dos R\$ 450 milhões já liberados.

“A utilização de créditos de dividendos declarados não é um fator relevante no processo decisório de investidores institucionais para justificar uma decisão açodada”, aponta ele. Para os minoritários, o aumento no recebimento seria de R\$ 800 milhões, ante os R\$ 536 milhões antes validados. Os dividendos constam da proposta de administração como um dos motivos.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, nega que a operação tenha como objetivo destinar recursos ao governo. “Não há pressão para se capitalizar ou gerar recursos para o governo por esse processo. Houve total independência das instâncias da companhia na proposta e condução desse assunto. Além disso, há oportunidade, em função do sucesso que esperamos da operação, para que avaliemos o pagamento da própria reserva especial de dividendos 2020”, afirmou Ferreira, em teleconferência na semana passada.

Rodrigues da Cunha não vê prioridade no assunto dos dividendos e não enxerga desvios no orçamento deste ano que tornem a capitalização urgente. Ele apontou que a operação fica estranha, com argumentação de necessidade de recursos, após a Eletrobras ter fechado acordo para antecipar R\$ 8,4 bilhões em pagamento de dívida à Petrobras. “Causa espécie que venhamos a buscar capital dos acionistas, tendo recentemente antecipado o pagamento significativo de dívida à Petrobras.”

Ele demonstra contrariedade com o desconto de 15% sobre o preço de mercado das ações para a capitalização, em especial, devido à forte queda recente nas cotações. No momento de melhor precificação em bolsa neste ano, os papéis da estavam em torno de R\$ 45. Ficou estabelecido que o valor das novas ações será de R\$ 35,72 para a ordinária (ON) e R\$ 37,50, para a preferencial classe B (PNB).

A operação ainda depende de aprovação em assembleia de acionistas - na qual os preferencialistas terão direito de voto - e de decreto presidencial. Do total, R\$ 4 bilhões não entrarão como caixa, mas como conversão de passivo. A União tem crédito de R\$ 4 bilhões contra a estatal referente a adiantamento para futuro aumento de capital (Afac). Rodrigues da Cunha defende capitalização suficiente apenas para encerrar esse passivo.

Na Eletrobras, o aumento de capital é visto como uma oportunidade de limpar o balanço. “Este é um movimento que prepara de forma definitiva a Eletrobras para o processo de privatização que já foi anunciado pelo governo”, disse Ferreira. “Vamos limpar do balanço uma obrigação que vem pendente há muito tempo. E, nesse momento, é preciso, dada a decisão de privatização, que nós eliminemos essa pendência”, completou ele, na ocasião.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: No balcão de vendas, CSN inclui área de mineração

Após resultado ruim no terceiro trimestre que elevou a dívida líquida da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para R\$ 30,55 bilhões, o presidente da siderúrgica, Benjamin Steinbruch, voltou a dizer que a venda de ativos pode reduzir a alavancagem da empresa, cuja dívida está em 3,85 vezes o lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês). Ele fez a afirmação durante teleconferência com analistas de mercado sobre os resultados do terceiro trimestre. Ontem, a ação da companhia recuou 6,85%, chegando a R\$ 12,51. A CSN foi a maior queda do índice Ibovespa.

Um dos ativos que Steinbruch disse que poderia entrar na lista de vendas é uma participação na CSN Mineração, que é dona da mina Casa de Pedra. Segundo ele, há a possibilidade de colocar à venda 8% do negócio. Hoje a CSN detém 88% do capital e outros 12% estão nas mãos do sócio asiático.

“É um desejo meu. Se tiver que vender 8% da mineração para resolver questões da companhia, venderei. Quero ter a tranquilidade dos anjos. Mas, tem que chegar o momento certo. É questão de oportunidade”, afirmou.

Steinbruch ressaltou que a CSN esteve perto de fechar contrato de venda antecipada de minério (streaming), o que equivaleria a 5% de participação. “Ainda não fechamos a operação, mas não é difícil vender ativo bom com Ebitda alto. Na mineração, devemos apresentar um Ebitda de R\$ 6,5 bilhões, [vender] 8% disso, atende a desalavancagem”, disse o executivo.

A expectativa do executivo é que o Ebitda deverá crescer 30% em 2020, principalmente na mineração. Para este ano, a CSN estima que o indicador deverá alcançar R\$ 7,5 bilhões, abaixo da perspectiva anterior de R\$ 8,5 bilhões.

Segundo ele, a venda da SWT, a subsidiária da CSN na Alemanha, está na fase do “sim ou não”. “É questão de preço. Pode ser que em um ou dois dias anunciemos a conclusão ou a não conclusão.”

A estimativa da companhia é que a venda de ativos e contratos de “streaming” possam gerar cerca de R\$ 3 bilhões. Além disso, a redução de custos deve impactar no resultado em R\$ 500 milhões. “A melhora na rentabilidade virá com a redução de custos mais do que a recompensa com os preços praticados no mercado”, afirmou Luiz Fernando Martinez, diretor executivo da área de siderurgia da CSN.

A desalavancagem e a redução de custos podem fazer com que a CSN diminua a sua dívida e com isso consiga uma relação dívida líquida/Ebitda da ordem de 3

vezes. “Em 2021, já teremos uma dívida duas vezes maior que o nosso Ebitda. O que nos permite começar a caminhar. Mas, a relação atual é confortável para a companhia. Continuamos com a meta de chegar a uma dívida de R\$ 20 bilhões”, disse Steinbruch.

Para o presidente da CSN, o desempenho da siderúrgica neste terceiro trimestre foi “bom e as questões negativas são explicáveis. Seria um trimestre bom, se não ocorresse todas as coisas pontuais. A redução da nossa dívida é a mesma do trimestre anterior”, disse o executivo. “Não precisa mudar nada. Tivemos coisas pontuais, mas o rumo é o mesmo.”

Entre os fatores pontuais e “explicáveis” apontados por Steinbruch está a parada além do programado do alto-forno 3 na usina de Volta Redonda (RJ). O executivo ressaltou que, somente com a formação de estoques de placas, a companhia pagou R\$ 1,2 bilhão. “E pagamos em 30 dias, o que não ocorre normalmente. Além disso, a desvalorização do real pegou forte em nosso resultado.”

Somente das siderúrgicas nacionais, a CSN comprou 800 mil toneladas de placas. A Usiminas forneceu 160 mil toneladas, a ArcelorMittal mais 40 mil toneladas e outras 600 mil toneladas foram adquiridas junto à Ternium, de acordo com a CSN.

A volta da operação normal do alto-forno, estimada para meados de novembro, representará uma redução de custos da ordem de R\$ 1,8 mil por tonelada produzida, de acordo com Martinez. A reforma do equipamento aumentará a produtividade da usina. Pelos cálculos da companhia, a produção de aço passará dos atuais 330 mil toneladas para 400 mil toneladas por mês. “Com a compra de placas de terceiros, enchemos o bolso dos concorrentes. Mas, com a volta da operação, isso volta para dentro da CSN”, disse Martinez.

O diretor, inclusive, foi desafiado pelo presidente para fechar o ano com estoques zerados na CSN. “Não somente na siderurgia, entraremos o ano com estoque zero na mineração também. Teremos um fim de ano bom em termos de consumo. A economia tende a retomar o ritmo. Estamos otimistas para o quarto trimestre. Vamos recuperar as perdas desse trimestre”, disse Steinbruch.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Rafael Rosas, Marcelle Gutierrez e Ivan Ryngelblum****Título: Petrobras lucra R\$ 9,1 bilhões no 3º tri**

A Petrobras fechou o terceiro trimestre com um lucro líquido de R\$ 9,087 bilhões. O resultado representa alta de 36% em relação a igual período do ano passado, impulsionado pelo aumento da produção da companhia e pelo efeito da conclusão da oferta secundária de ações da BR Distribuidora. O lucro garantiu, aos acionistas, remuneração de R\$ 2,6 bilhões, R\$ 0,20 por ação ordinária e preferencial, relativos à antecipação da distribuição de juros sobre o capital próprio (JCP).

Já o Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) totalizou R\$ 32,6 bilhões, alta de 9,1%, como reflexo do desempenho operacional positivo. Em mensagem incluída no balanço divulgado ontem, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, destacou que a empresa atingiu, no terceiro trimestre, recorde histórico no seu fluxo de caixa operacional.

Apesar do expressivo crescimento de 14,6% na produção de óleo e gás no período, as receitas líquidas da empresa caíram 13,5%, para R\$ 77,051 bilhões, na mesma base de comparação anual, impactadas, sobretudo, pela desvalorização do petróleo. A cotação do barril do tipo Brent ficou, na média, em US\$ 61,94, retração de 17,7% em relação ao terceiro trimestre de 2018.

Com a conclusão da oferta pública de ações da BR, em julho, e da venda do Polo Pargo, na Bacia de Campos, a Petrobras garantiu a entrada de US\$ 2,9 bilhões no seu caixa no terceiro trimestre. As operações ajudaram a puxar não só o lucro da petroleira para cima, como também a reduzir a alavancagem da empresa.

A dívida bruta da estatal caiu 11%, dos US\$ 101 bilhões ao fim do segundo trimestre para US\$ 89,9 bilhões em setembro, com os efeitos do IFRS16. Nessa mesma base de comparação, a dívida líquida recuou 10%, de US\$ 83,7 bilhões para US\$ 75,4 bilhões. A desalavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, foi de 2,69 vezes para 2,58 vezes, na mesma base comparativa. A meta da companhia é chegar a um patamar de 1,5 vez ao longo de 2020.

Segundo a Petrobras, a securitização dos recebíveis da Eletrobras, no valor de R\$ 8,4 bilhões, também foi relevante para ajudar a empresa a reduzir sua dívida,

além de eliminar o risco de não recebimento dos fluxos futuros. A operação, contudo, resultou numa despesa financeira de R\$ 509 milhões.

Em sua carta aos acionistas, Castello Branco comemorou a redução da dívida, mas reforçou que a estatal está apenas “no início de uma caminhada com muitos e importantes obstáculos a vencer”.

“Somos ainda uma companhia muito endividada, com custos altos e numa indústria que se defronta com grandes desafios num cenário global de aceleração de mudanças e crescente interdependência entre diferentes atividades econômicas”, afirmou.

Num vídeo sobre o desempenho na companhia no terceiro trimestre, a diretora financeira e de relações com investidores, Andrea Almeida, explicou que a redução da alavancagem tem sido obtida, principalmente, por meio da recompra de bonds e do pré-pagamento de operações bilaterais.

A Petrobras segue também a sua trajetória de redução de investimentos. No terceiro trimestre, foram desembolsados US\$ 2,61 bilhões, queda de 33,2% na comparação com igual período de 2018. A companhia reiterou a projeção de investimentos de US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões para o ano.

Castello Branco deu destaque também ao fato de o custo de extração (“lifting cost”) no pré-sal ter alcançado no terceiro trimestre “nível sem precedentes” de US\$ 5 por barris de óleo equivalente (BOE), o que contribuiu para que o custo médio de extração da companhia fosse de US\$ 9,7 por BOE.

Ele afirmou que a estatal tem implementado várias iniciativas para cortar custos de forma permanente. Nesse sentido, o executivo informou que mais de 2 mil funcionários já se inscreveram em Programas de Demissão Voluntária recém lançado pela petroleira. Castello Branco também disse que a empresa desocupará quatro prédios até o fim do ano e que pretende cortar o número de escritórios fora do Brasil de 18 para cinco.

O presidente citou ainda os esforços para venda de ativos com baixo retorno, como a Belém Bioenergia. E lembrou da transferência das ações da Montevideu Gás e da Conecta, distribuidoras de gás no Uruguai, para o governo do país vizinho, ativos que Castello Branco classificou como “geradores de prejuízos sistemáticos para a Petrobras ao longo de vários anos”.

Sobre novos desinvestimentos, o executivo disse que espera concluir em novembro o acordo para a venda da Liquigás, bem como receber, também no mês que vem, as propostas não vinculantes para a venda das refinarias Rnest (PE), Rlam (BA), Repar (PR) e Refap (RS).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Gás em terra e GNL superam o pré-sal**

Eneva e Imetame foram destaques ao vencerem concorrentes com produção no mar

O leilão de energia A-6, que contratou na semana passada uma capacidade instalada de 2.979 megawatts (MW), com entrega para daqui a seis anos, consagrou o modelo “gas-to-wire” (como é conhecida a construção de termelétricas próximas ao poço produtor de gás). Em meio às discussões para a abertura do mercado brasileiro de gás natural, a licitação consolidou a Eneva e a Imetame entre as principais produtoras privadas de gás em terra do país. Por outro lado, as grandes petroleiras do pré-sal não conseguiram emplacar seus projetos e, como consequência, garantir mercado consumidor para suas respectivas produções.

Ao todo, três termelétricas a gás foram contratadas no A-6, somando 734 MW, o equivalente a cerca de 25% da potência total negociada no leilão. As usinas a gás foram a principal fonte negociada no certame. Além das duas térmicas gas-to-wire - Parnaíba II (92 MW), da Eneva, e Prosperidade II (37 MW), da Imetame - o pregão contratou, ainda, um terceiro empreendimento a gás: o Novo Tempo Barcarena (604 MW), mas que consumirá combustível importado via cargas de gás natural liquefeito (GNL). O empreendimento pertence à Golar Power.

O modelo “gas-to-wire” foi implementado pela primeira vez no país pela Eneva, quando a companhia ainda se chamava MPX (então braço de geração de energia elétrica de Eike Batista). A operação na Bacia do Parnaíba começou há cinco anos e, desde então, a empresa se tornou a maior geradora termelétrica privada do Brasil. Ela possui 1,4 mil MW de capacidade instalada em usinas a gás, no Complexo Parnaíba, no Maranhão. A Eneva também é hoje a terceira maior produtora de gás do país, atrás de Petrobras e Shell.

O modelo bem-sucedido da Eneva inspirou a Imetame, que decidiu replicar o conceito em menor escala e monetizar suas reservas de gás natural na Bacia do Recôncavo por meio de projeto termelétrico na Bahia. A empresa inaugurou no ano passado a usina Prosperidade (28 MW), em Camaçari (BA) e, agora, garantiu a expansão de seu parque gerador, consolidando-se como uma das principais produtoras de gás em terra.

“É um espetáculo para o Brasil que isso [sucesso dos projetos gas-to-wire] esteja acontecendo. Isso é bom para a cadeia produtiva e para o desenvolvimento do Brasil”, afirmou Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “O preço final para a fonte termelétrica foi bastante expressivo. Foi muito agressivo, devido ao alto grau de competição. E o GNL saiu vitorioso competindo com o pré-sal”, resumiu o especialista.

José Roberto Faveret Cavalcanti, especialista e sócio do escritório Faveret Lampert, por sua vez, conta que o resultado do leilão A-6 sugere também que a “monetização do gás natural do pré-sal pode ser mais complicada do que se supõe”.

Segunda maior produtora de gás do Brasil, a Shell, por exemplo, tentou negociar o projeto de expansão da termelétrica Marlim Azul (565 MW), em Macaé (RJ), mas sem sucesso. A Petrobras também não conseguiu viabilizar contratos para fornecimento de seu gás a novas usinas.

Para além da Eneva e Imetame, a ExxonMobil saiu como vencedora do leilão de sexta-feira, ao entrar como fornecedora de GNL importado para a usina de Barcarena.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez — De São Paulo

Título: Avança venda de refinarias

Os potenciais compradores receberão memorando descritivo, com informações mais detalhadas sobre os ativos

A Petrobras iniciou a fase não vinculante para a venda de ativos em refino, que inclui: Refinaria Isaac Sabbá (Reman) no Amazonas, Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) no Ceará, e Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) no Paraná, assim como os ativos logísticos correspondentes.

De acordo com comunicado, nessa fase os potenciais compradores receberão memorando descritivo, com informações mais detalhadas sobre os ativos, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas não vinculantes.

A distribuição do memorando começou ontem para compradores habilitados que assinarem o acordo de confidencialidade e declaração de conformidade. Os

documentos devem ser assinados até 6 de dezembro, com manifestação de interesse até 22 de novembro.

“Os desinvestimentos em refino estão alinhados à otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando a maximização de valor para os nossos acionistas”, informou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/10/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Álvaro Campos — De São Paulo

Título: Fusões e aquisições acima de R\$ 1 bi batem recorde no 1º semestre

Entre as maiores operações, estão a compra da TAG por um consórcio liderado pela Engie; a aquisição da Avon pela Natura

O número de operações de fusões e aquisições (M&A) anunciadas, envolvendo empresas brasileiras, caiu de 58 para 55 no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado. Mas o volume aumentou de R\$ 90,6 bilhões para R\$ 108,6 bilhões, segundo a Anbima. O maior volume veio de transações entre R\$ 1 bilhão e R\$ 5 bilhões, com 31% das transações. Outros 7,3% foram de transações acima dessa faixa - o que consolidou o período como recorde em transações acima de R\$ 1 bilhão, conforme a série da Anbima.

Entre as maiores operações, estão a compra da TAG por um consórcio liderado pela Engie; a aquisição da Avon pela Natura; a compra de um campo de petróleo da Petrobras pela Petronas; e a compra do Grupo São Francisco pela Hapvida.

No ranking da Anbima, o BTG Pactual lidera em número de operações assessoradas no semestre e a BR Partners lidera em volume.

O volume total atingiu R\$ 108,6 bilhões no primeiro semestre deste ano. Desse total, 57,3% foram operações de empresas estrangeiras comprando brasileiras, o maior percentual desde pelo menos 2014.

Essa participação foi impulsionada pela venda da TAG, da Petrobras para um consórcio liderado pela francesa Engie e o fundo canadense CDPQ, com valor de R\$ 34,158 bilhões. Do total de operações no período, 84,6% foram pagas em dinheiro, 10,3% com ações e 5,1% com assunção de dívidas.

O coordenador do grupo de trabalho de fusões e aquisições da Anbima, Dimas Megna, afirmou que o interesse dos estrangeiros pelo Brasil tem sido contínuo, mas que incertezas e volatilidade nos últimos anos impediam uma tomada de

decisão. Em número de operações quem liderou foi o setor de energia elétrica, com oito operações. Segundo Megna, o mercado de fusões e aquisições pode continuar crescendo nos próximos semestres, em meio ao amplo programa de desinvestimentos do governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO Cristian Favaro / SÃO PAULO

Título: Lucro da Petrobrás cresce 36,8% e atinge R\$ 9,1 bilhões no 3º trimestre

Balanço. Ganho da estatal, que superou as expectativas dos analistas, foi impulsionado pela alta da produção de petróleo e gás em áreas do pré-sal; resultado financeiro só não foi maior em função da queda do preço do barril no mercado internacional no período

Impulsionada pelo crescimento da produção no pré-sal, a Petrobrás apresentou melhora nos desempenhos financeiro e operacional no terceiro trimestre deste ano. O resultado foi bilionário, a dívida caiu e o volume de petróleo e gás extraídos avançou ainda mais, sinalizando que a meta de produção do ano vai ser alcançada. O lucro líquido ficou em R\$ 9,087 bilhões, 36,8% acima de igual período do ano passado. “O desempenho da companhia no terceiro trimestre já começa a refletir a implantação de nossa estratégia voltada para a criação de valor”, afirmou o presidente da companhia petroleira, Roberto Castello Branco, na carta de apresentação do resultado divulgada ao mercado.

O resultado veio acima da projeção do mercado. Analistas de cinco casas ouvidos pelo Estadão/ Broadcast previram lucro líquido de R\$ 7,5 bilhões. “O resultado mostra que a estratégia de redução de endividamento e foco na eficiência operacional está dando certo”, avaliou Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia (GEE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A empresa anunciou eventos não recorrentes, que tiveram efeito positivo de R\$ 1,5 bilhão entre julho e setembro. O destaque foi a venda do controle da BR Distribuidora, que gerou ganho de R\$ 13,9 bilhões. Na contramão, a empresa anunciou perda com contingências judiciais de R\$ 2,9 bilhões e uma baixa contábil de R\$ 2,4 bilhões.

Produção em alta. O trimestre foi marcado, principalmente, pelo bom desempenho da área de exploração e produção de petróleo e gás. No período, foram extraídos 2,87 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), uma alta de 9,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior e também com incremento em relação a 2018.

Desse volume total, a maior parte, 60,4%, foi produzida no pré-sal, por conta da entrada de quatro plataformas no campo de Búzios e duas no campo de Lula, ambos na Bacia de Santos, desde o ano passado. O resultado financeiro decorrente do crescimento da produção só não foi melhor porque o preço do barril do petróleo caiu de julho a setembro. “Tendo em vista o crescimento expressivo da produção no pré-sal neste trimestre e que a plataforma P-68 entrará em operação ainda neste ano, além da estabilidade de produção nas áreas do pós-sal e em terra, tudo leva a crer que a meta de produção anual de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia é realista e será atingida”, acredita Daniela Davila, sócia da área de Óleo e Gás do escritório de advocacia Vieira Rezende. Ela também aposta que o preço do barril de petróleo vai permanecer na casa dos US\$ 60 em 2020.

Débitos. A dívida líquida, que levou a empresa a optar pela venda de ativos e a entrar num processo de recuperação, foi reduzida mais um pouco no período, alcançando a marca de US\$ 90 bilhões, frente a US\$ 101 bilhões fechamento do segundo trimestre. A estatal continua trabalhando para alterar o seu perfil de endividamento, alongando os prazos de pagamento e reduzindo os juros.

Nos próximos meses, o resultado da Petrobrás deve ser afetado também por gastos com o aluguel da rede de transporte de gás, vendida recentemente pela estatal, segundo José Roberto Faveret, sócio do escritório de advocacia Faveret Lampert. “As novas demonstrações financeiras vão começar a revelar o alto custo que a Petrobrás passa a incorrer no transporte de gás. Ela contratou toda a capacidade do sistema e paga por isso. Mas só usa metade aproximadamente. Antigamente isso não aparecia porque a Petrobrás era dona dos gasodutos de transporte. Agora que vendeu, esse custo vai aparecer”, disse o especialista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Fluxo de dólares para País deve crescer com reforma e leilão, diz BC

Dados apresentados ontem pelo BC mostram que em setembro investimento estrangeiro direto foi de R\$ 6,31 bi

Com a aprovação da reforma da Previdência no Congresso e o megaleilão de petróleo do pré-sal, o Banco Central espera que o fluxo de dólares para o Brasil aumente nos próximos meses. A visão é de que estes fatores podem favorecer a entrada de Investimento Direto no País (IDP) e de aportes de outros tipos, o que vai ter impacto nas cotações do dólar. Marcado para o dia 6 de novembro, o megaleilão do óleo excedente da cessão onerosa prevê pagamentos de R\$ 106,6

bilhões ao governo de bônus de assinatura por parte dos vencedores da disputa. Uma parcela vai para a Petrobrás.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a perspectiva é de ingresso significativo de dólares no Brasil com o leilão: “Além disso, as companhias estrangeiras montam empresas no País, e isso pode aumentar a entrada de IDP”. O IDP representa o investimento feito por estrangeiros no setor produtivo. Dados do BC divulgados ontem mostram que o IDP somou US\$ 6,31 bilhões em setembro. No acumulado de janeiro a setembro, a cifra já chega a US\$ 47,52 bilhões.

A aprovação da reforma da Previdência também tende, conforme Rocha, a favorecer a entrada de moeda estrangeira no País. Na prática, com o problema da Previdência superado, estrangeiros podem se sentir mais confortáveis para aplicar recursos em ativos brasileiros, como ações e títulos. Se o fluxo de dólares para o Brasil aumentar, isso pode reduzir as cotações da moeda americana. Ontem, o dólar à vista fechou o dia com leve alta de 0,29%, aos R\$ 4,0446. O valor já está distante do pico verificado em setembro, quando o dólar à vista chegou a oscilar na faixa dos R\$ 4,18.

Viagens internacionais. Com o dólar turismo ainda em patamares mais altos, os gastos dos brasileiros com viagens internacionais seguem contidos. Em setembro, conforme o BC, as despesas líquidas no exterior somaram US\$ 938 milhões. O valor reflete os gastos de brasileiros em outros países, já descontadas as despesas de estrangeiros no Brasil. No acumulado do ano até setembro, as despesas líquidas somam US\$ 8,81 bilhões, abaixo dos US\$ 9,36 bilhões do mesmo período de 2018.

Já as transações correntes do Brasil com outros países foram deficitárias em US\$ 3,49 bilhões em setembro. No ano, o rombo está em US\$ 34,06 bilhões. O aumento no rombo foi de 83,4% na comparação com o mesmo período de 2018, quando foi registrado resultado negativo de US\$ 18,566 bilhões. Estas cifras refletem a relação do Brasil com outros países nas áreas comercial (exportações menos importações), de serviços (viagens, seguros e aluguéis, entre outros) e de renda (pagamentos de juros e envios de recursos).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Sergio Amaral

Título: A nova rota da China

A visita a Washington, em março, e a atual a Beijing serão provavelmente as duas viagens internacionais mais importantes do governo Bolsonaro. Estados Unidos e China, além de serem as duas principais economias mundiais, são também, como bem assinala Henry Kissinger, os dois polos de poder que deverão plasmar – pela via da cooperação ou do conflito – a ordem internacional do século 21. Não obstante a relevância de ambas as potências, a relação do Brasil com cada uma delas é de natureza diferente. Brasil e Estados Unidos são parte da mesma família e compartilham ideais e valores que foram buscar num passado distante, mais particularmente no século V a.C., em Atenas.

De lá vieram o compromisso com a democracia e com a liberdade e as noções elementares que conformaram nossa visão de mundo, de sociedade e de estado. Nossa cooperação é tradicional, intensa, e tornou-se ainda mais estreita após a visita do presidente Jair Bolsonaro a Washington. Nosso relacionamento com a China é recente, mas expandiu-se em ritmo vertiginoso. Em pouco mais de uma década o comércio cresceu cerca de dez vezes e os investimentos, em termos de fluxo, passaram todos os demais países. O dinamismo do intercâmbio Brasil-China vem, sobretudo, da complementaridade das nossas economias. O Brasil tem em abundância terras e água, de que a China carece para poder atender à demanda de uma população de 1,4 bilhão de pessoas.

A entrada da China no Brasil foi progressiva. De início, as empresas chinesas buscavam assegurar o suprimento de commodities, como soja, de que sua população necessita para se alimentar; ou metais, como o minério de ferro, que a economia demandava para sustentar taxas de crescimento da ordem de 10% ao ano durante um período de três décadas, sem precedentes na História. A seguir os investimentos chineses se dirigiram à infraestrutura, em linhas de transmissão ou redes de energia e de telecomunicação. Mais recentemente a presença chinesa se reorientou para produção de bens de consumo durável, como automóveis, que já começam a circular em nossas ruas. Por fim, alguns entre os principais bancos chineses se instalaram no País, para financiar as joint ventures entre as empresas dos dois países.

Em poucos anos a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, assim como da maioria dos países latinoamericanos, e o estoque de investimentos ultrapassou o patamar dos US\$ 70 bilhões. De um lado, essa progressão evidenciava a rapidez da expansão global das empresas chinesas; de outro, refletia o apetite voraz de governos e de empresas brasileiros por investimentos da China e exportações para o seu mercado. Se voltarmos os olhos para o futuro, as oportunidades continuam a ser consideráveis, especialmente na infraestrutura. Nos últimos dez anos a China construiu em seu território mais trens de alta velocidade do que todos os que estão em funcionamento em todos os demais países, em conjunto. Por ocasião de viagem

recente que fiz à China, avistei-me com várias empresas da província de Jiangsu, interessadas em fazer negócios com o Brasil.

A China Railway, por exemplo, realiza atualmente 56 obras de ferrovias e metrô em várias partes do mundo e está avaliando a sua participação no programa brasileiro de transportes. A Asiastar produz 25 mil ônibus elétricos por ano e está em busca de um parceiro brasileiro para se instalar em nosso país. A Risheng Energia Renovável produz placas para geração de energia solar, segundo assegura, pela metade do preço do mercado internacional. Tem planos para instalar uma fábrica no Brasil para a produção de energia elétrica. Sem falar no possível interesse da China Telecom em participar da recuperação da Oi, no setor de telecomunicações. No agronegócio residem oportunidades ainda mais promissoras. Além do volume crescente de exportações brasileiras para a China, está na hora de estimular parcerias concretas entre os grandes importadores e processadores chineses de alimentos e os gigantes da produção de proteína animal de nosso país, no âmbito de um processo mutuamente proveitoso de agregação de valor.

A recente autorização do governo chinês para adição de até 10% de etanol à gasolina cria um gigantesco mercado potencial para as exportações de álcool combustível para a China, hipótese que merece cuidadosa avaliação. O desenvolvimento acelerado dos últimos anos explicitou desafios e falhas no sistema político chinês, que a imprensa tem noticiado com frequência. Do lado da economia, no entanto, há sinais positivos. Observa-se a olho nu uma expansão sem precedentes do consumo e da proliferação de modernos supermercados e shopping centers nas principais cidades chinesas. Vale registrar a emergência de uma nova geração de dirigentes políticos e empresários jovens, bem formados, preocupados com eficiência, produtividade e aplicação das novas tecnologias na gestão pública e na produção.

Por fim, é provável que o Brasil venha a receber nos próximos anos uma nova onda de investimentos, desta vez integrada por pequenas e médias empresas, inclusive privadas, em busca de parcerias com empresários brasileiros. É preciso estarmos preparados para esse novo momento das relações Brasil-China e, sobretudo, aprimorarmos nossa capacidade de negociar, mediante maior coordenação entre governo e setor privado. As oportunidades para o intercâmbio bilateral continuam, assim, relevantes. Num mundo crescentemente multipolar, o Brasil desfruta uma posição privilegiada. Tem boas relações com os principais polos da política e da economia globais. Preserva assim a capacidade de promover um intercâmbio proveitoso com todos, sem que a aproximação com alguns seja feita em detrimento da parceria com outros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/10/2019****Seção: Economia****Autor: Mariana Durão / RIO****Título: Após prejuízos com Brumadinho, Vale tem lucro de R\$ 6,5 bi**

No acumulado do ano, contudo, resultado da mineradora ainda é negativo, com prejuízo de R\$ 264 milhões

A Vale registrou lucro líquido de R\$ 6,5 bilhões no terceiro trimestre, alta de 13,7% em relação a igual período do ano passado. Foi o primeiro ganho trimestral reportado pela mineradora após o rompimento de sua barragem em Brumadinho, Minas Gerais, em 25 de janeiro. O resultado reverte o prejuízo de R\$ 384 milhões no segundo trimestre. A melhora se deveu a um menor peso de provisões e despesas relativos ao desastre. A receita líquida da Vale cresceu 7,4% no período, para R\$ 40,7 bilhões. O valor superou em 12,9% o do segundo trimestre de 2019. A Vale atribui esse crescimento ao progresso contínuo de retomada de operações nos Sistemas Sul e Sudeste.

Apesar de destacar o forte desempenho operacional, a Vale acumula um prejuízo líquido de R\$ 264 milhões nos nove primeiros meses do ano, como reflexo das provisões e gastos decorrentes da tragédia que deixou 251 mortos e 19 desaparecidos. Produção. Com o reinício das atividades da mina de Brucutu e o retorno parcial do processamento a seco no Complexo de Vargem Grande, a Vale produziu 86,7 milhões de toneladas de minério de ferro no terceiro trimestre, segundo relatório divulgado na semana passada. O volume foi 17,4% menor do que o produzido no mesmo período de 2018, mas 35,4% superior ao do segundo trimestre.

Para Tasso Vasconcellos, analista da Eleven Financial Research, os dados do relatório de produção já indicavam o aumento na receita. “A baixa despesa relacionada aos eventos Brumadinho, além do compromisso com a segurança, reforça a tese de redução de incertezas.” A Vale não reconheceu até o momento provisões adicionais relativas ao rompimento. A empresa já reservou R\$ 24,1 bilhões para arcar com o desastre. A Vale estima que os desembolsos totais relacionados a Brumadinho variem de US\$ 3,6 bilhões a US\$ 5,25 bilhões, entre 2019 a 2022, para reparação e desativação de barragens.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Itaú BBA estuda entrar em venda de energia elétrica**

Coluna do broadcast

O Itaú BBA avalia alternativas e oportunidades para ingressar no negócio de comercialização de energia elétrica. A ideia é atender à demanda dos clientes do braço de atacado do conglomerado. O maior banco privado da América Latina segue, assim, os passos dados por rivais. O Santander Brasil criou, no ano passado, uma comercializadora e o BTG Pactual opera, há anos, no segmento, figurando entre os maiores comercializadores de energia, em volume contratado. A compra e venda de energia tem atraído muita atenção de investidores, por conta do crescimento dos últimos anos e da perspectiva de ampliação do mercado. As discussões sobre a modernização do setor elétrico, que envolvem a liberalização deste segmento, hoje restrito a grandes consumidores, têm se acelerado.

» Tá liberado. Na prática, já há um cronograma definido de redução dos limites mínimos de consumo, para que o consumidor possa atuar no chamado mercado livre de energia. Estão em estudo novos cortes. Além disso, avançam iniciativas que tendem a aproximar o setor elétrico do mercado financeiro, como a criação de derivativos de energia. Procurado, o Itaú BBA não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Salles insinua relação de ONG com óleo**

Ministro do Meio Ambiente atacou ontem o Greenpeace e declaração foi criticada por Rodrigo Maia; organização informou que vai à Justiça

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, voltou ontem a atacar a organização ambiental Greenpeace. Pelo Twitter, sem apresentar nenhuma prova, insinuou que a ONG poderia ter relação com o vazamento de óleo que afeta todo o Nordeste do País. “Tem umas coincidências na vida né... Parece que o navio do #greenpixe estava justamente navegando em águas internacionais, em frente ao litoral brasileiro bem na época do derramamento

de óleo venezuelano...”, publicou no início da tarde. Também divulgou foto do navio Esperanza, usado em protestos contra crimes ambientais.

O Greenpeace reagiu afirmando que vai acionar Salles na Justiça. “Iremos à Justiça contra as falsas declarações feitas pelo ministro”, disse Marcio Astrini, coordenador de políticas públicas da ONG. “A decisão está tomada. Agora, será analisada por nossa área jurídica.”

Mais cedo, por meio de nota, a ONG disse que a declaração do ministro “trata-se, mais uma vez, de uma mentira para criar uma cortina de fumaça na tentativa de esconder a incapacidade de Salles em lidar com a situação (do óleo)”.

Também afirmou que seu navio Esperanza faz parte de uma campanha internacional chamada “Proteja os Oceanos”, que saiu do Ártico e vai até a Antártida ao longo de um ano, denunciando as ameaças aos mares. A embarcação passou pela Guiana Francesa entre agosto e setembro, onde realizou uma expedição de documentação e pesquisa do recife conhecido como Corais da Amazônia, segundo o Greenpeace, com o propósito de lutar contra a exploração de petróleo em locais sensíveis para a biodiversidade marinha. No momento, o navio está atracado em Montevideu, no Uruguai.

O Estado procurou o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e o Ministério do Meio Ambiente para saber se há alguma investigação contra a ONG, mas não obteve resposta.

‘Ilação’. A fala de Salles foi alvo de questionamento do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que, também no Twitter, afirmou: “Estamos esperando uma posição oficial do Ministério do Meio Ambiente”, sobre as declarações de Salles. Ao que o ministro respondeu: “O navio do Greenpeace confirma que navegou pela costa do Brasil na época do aparecimento do óleo venezuelano, e assim como seus membros em terra, não se prontificou a ajudar.” Na sequência, Maia voltou a questioná-lo: “Ministro, obrigado pela resposta, mas o seu tuíte faz uma ilação desnecessária.”

No fim de semana, o ministro já tinha publicado uma versão editada de um vídeo da ONG. No trecho divulgado por Salles, um ambientalista comentava sobre a dificuldade de atuar na retirada das manchas de óleo. “O Greenpeace ‘explicou’ porque (sic) não pode ajudar a limpar as praias do Nordeste.... ahh tá...”, publicou o ministro. A ONG logo respondeu com o vídeo completo, com voluntários ajudando na limpeza do óleo.

Na terça-feira, a organização fez um protesto em frente ao Palácio do Planalto. O grupo jogou tinta preta no asfalto para simbolizar o óleo nas praias e espalhou madeira queimada em referência à extração ilegal na Amazônia.

Dezessete ativistas foram detidos, e Salles se recusou a dialogar com eles, chamando-os de “ecoterroristas”. / COLABOROU G.G.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: CPI do Óleo?

Direto da Fonte

Está nas mãos de Rodrigo Maia a abertura da CPI do Vazamento do Óleo, para a qual o deputado João Campos conseguiu reunir 267 assinaturas de 25 partidos. É a maior comissão das nove criadas este ano. A ideia, disse Campos à coluna, é seguir os moldes da CPI de Brumadinho, que levou 14 pessoas ao indiciamento por homicídio. Maia retorna amanhã de viagem a Londres e Dublin, com deputados da Frente Parlamentar Agropecuária.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: MetrÓpole

Autor: MARINA ARAGÃO, ESPECIAL PARA O ESTADO, e P.M.

Título: Atrás de um fim para a sujeira do litoral

Em Pernambuco, resíduos viram combustível para fazer cimento; na Bahia, produzem carvão

As imagens de toneladas e toneladas de óleo retiradas das praias do Nordeste têm levantado uma questão: e depois, o que fazer com tudo isso? A resposta em Pernambuco foi levar o material à Central de Tratamento de Resíduos, a Ecoparque, empresa contratada em regime de urgência, cujo aterro é sediado em Igarassu. Para lá, foram destinadas mais de 1,3 mil toneladas de óleo e itens contaminados pela substância, como baldes, luvas e máscaras.

O material passa por uma triagem para reduzir a presença de areia e, em seguida, é triturado com tecidos, borrachas e outros itens que tiveram contato com produtos industriais. O resultado são pilhas de fragmentos diversos, em que o óleo se destaca pelo brilho. Forma-se, então, o que se chama de “blend energético”, que é vendido para ao menos três empresas de produção de cimento, sendo utilizado como combustível de fornos juntamente com o coque – um subproduto destilado do petróleo. “O petróleo sólido é muito caro e exige grande logística, porque vem de navio. Assim como o coque, esse blend tem o poder calorífico alto”, explica Romero Dominoni, diretor-geral da Ecoparque.

Na Bahia, os resíduos encontrados nas praias têm se transformado em carvão, com a ajuda de cientistas. Dentro de uma betoneira, são usados bioaceleradores desenvolvidos por um grupo de pesquisadores do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esses componentes ajudam na degradação do óleo e o transformam em carvão. “Esses bioaceleradores, dois sólidos e três líquidos, não agredem o solo nem os vegetais”, disse a professora da UFBA Zenis Novais.

Segundo Zenis, o produto é bem menos agressivo do que o petróleo cru. O procedimento pode complementar ou substituir o que se pretende fazer com o petróleo: incinerar. “O processo de incineração produz enxofre, nitrogênio e libera gases que afetam o meio ambiente”, diz Zenis. A aplicação do carvão, no entanto, demanda mais estudos. Segundo a professora, a depender da composição, o carvão pode ser misturado com terra e colocado nas plantas, como uma espécie de adubo. Outra opção é usá-lo como combustível na produção do cimento, como vem sendo feito em Pernambuco.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue ENVIADA ESPECIAL / PAULISTA E ILHA DE ITAMARACÁ (PE) Mônica Bernardes ESPECIAL PARA O ESTADO / RECIFE

Título: Voluntários relatam náusea, tontura e alergia após contato com óleo em praias

Saúde. Em Pernambuco, são investigados 19 casos de intoxicação e, segundo diretor de hospital, maior parte dos atendimentos é para lesões na pele; também houve problemas por inalação de gases que saem do óleo. Limpeza deve ser feita com equipamento de proteção

Tontura, náuseas, dor de cabeça e reações alérgicas estão entre os sintomas relatados por parte dos voluntários de mutirões para remover óleo de praias pernambucanas. A situação é apontada até por quem usou máscaras, galochas e luvas. E, apesar da recomendação das autoridades de usar equipamento de proteção, é comum ver muitos com os corpos expostos. Unidades médicas já têm criado postos de atendimento nas praias e orientado os profissionais de saúde sobre como lidar com esses casos.

“Estava puxando o óleo para a areia e me senti mal. Quando puxei, o cheiro estava atípico, como de óleo muito concentrado”, conta a dona de casa Marília Clementino, de 31 anos. Moradora de Jaboatão dos Guararapes, ela viajou cerca de uma hora ontem até Paulista (PE), para ajudar na limpeza da Praia do Janga.

No grupo, duas outras pessoas se sentiram mal no mesmo dia. Marília relata tontura e dor de cabeça e atribui a reação ao uso inadequado da máscara.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, são investigadas 19 intoxicações com suspeita de relação com o óleo. Segundo a pasta, houve casos ligados ao contato com o poluente e também pelo uso indevido de solventes para remoção. “A gente tem visto pessoas procurarem unidades de saúde, mas eles informam que retiraram o óleo com benzina, gasolina, querosene”, disse ontem o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Segundo ele, não há ainda preocupação à saúde e o governo faz estudos sobre o impacto na cadeia alimentar. “Até o momento, a gente não tem nenhum alerta.”

O Estado acompanhou mutirões em praias pernambucanas nos últimos três dias. Entre voluntários e agentes públicos, todos ficavam com alguma parte do corpo exposta, nem que fosse pelo comprimento da roupa. Vários entravam na água ou no meio de pedras sujas de óleo. Pescador há mais de 25 anos, Adalberto Barbosa, o Formigão, mora e trabalha em São José da Coroa Grande (PE). Desde os primeiros sinais de óleo, juntou-se ao trabalho de limpeza. “Começamos cedinho e vamos até a noite. É nosso ganhapão. Se não puder pescar, minha família passa necessidade.” Na segunda, vieram os sintomas. “Tive muita dor de cabeça e vomitei. Senti o corpo mole, como se estivesse com uma gripe daquelas. Mas só parei um dia. Fui medicado, me sinto melhor e continuo trabalhando.”

Dos 19 pacientes reportados, 17 foram em São José – os outros dois foram em Ipojuca. Marcello Neves, diretor clínico do Hospital Municipal Osmário Omena de Oliveira, diz que foram registrados dois tipos de reação ao óleo. Dos atendimentos, 70% foram de problemas de pele. “As pessoas tiveram dermatite de contato, apresentando coceiras e feridas na pele, além de dor de cabeça. Houve ainda pacientes que tiveram reações por inalar os gases que saem do óleo. Nesses casos, a maioria apresentou dor de cabeça, enjoos, vômito e tontura.”

Para especialistas, só deve haver problemas mais graves após exposição muito prolongada. Outra preocupação dos médicos é de que as substâncias tóxicas se espalhem pelo ambiente, como nos lençóis freáticos, o que também traria riscos.

Bahia. Voluntários e representantes de colônias de pescadores baianos também relatam problemas. A bióloga e professora de surfe Carla Circenis, de 49 anos, ficou com os olhos inflamados e caroços na pele. “Mesmo tendo conhecimento de bióloga e até prevendo consequências, entrei na água. No outro dia, amanheci muito mal”, conta ela, de Salvador. A Secretaria de Saúde da Bahia informou não ter registros de contaminação. O governo também vai avaliar se

frutos do mar estão próprios para consumo. /COLABORARAM RENATA OKUMURA, MATEUS VARGAS e VINÍCIUS BRITO, FELIPE GOLDENBERG, MILENA TEIXEIRA, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Presidente do Senado propõe MP para limpar litoral

O presidente da República em exercício, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou ontem em visita a Alagoas que vai propor a edição de uma Medida Provisória para liberação imediata de recursos a municípios e Estados do Nordeste afetados pela mancha de óleo. A verba seria para contratar pessoal para a limpeza das praias. "Identificamos que será muito mais cômodo e produtivo se o governo federal puder, do ponto de vista legislativo, auxiliar o Nordeste, partindo do princípio que uma MP pode resolver imediatamente o custeio e manutenção das despesas (com a limpeza das praias)", disse. A MP será discutida com o governo.

O presidente em exercício ainda anunciou a prorrogação do pagamento do seguro-defeso a pescadores afetados pela queda da comercialização de pescados. Indagado se a presença dele no Nordeste é para suprir uma ausência do presidente Jair Bolsonaro na região, que atualmente cumpre agenda no exterior, Alcolumbre respondeu: "O presidente está aqui." "Não é hora de politização e demagogia." /DÉBORA FREIRE, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo e Thiago Resende

Título: Para evitar paralisia, governo quer elevar gastos a R\$ 100 bi

Proposta de Orçamento enviada ao Congresso prevê R\$ 89,2 bi para despesas como energia elétrica e água

Brasília O governo Jair Bolsonaro prepara um ajuste no Orçamento de 2020 para elevar os gastos de custeio da máquina pública e de investimentos para um patamar superior a R\$ 100 bilhões, valor mínimo para afastar o risco de paralisação de serviços.

A proposta de Orçamento enviada ao Congresso em agosto deste ano prevê R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, como papel e caneta.

O valor também considera investimentos em infraestrutura, que estão no menor patamar desde o início da série do Tesouro Nacional em 2007.

O valor das despesas discricionárias é considerado baixo pela equipe econômica. O ajuste seria necessário para o próximo ano para que os serviços funcionem plenamente.

Com as emendas parlamentares, geralmente destinadas a obras, é esperado que o montante fique ainda acima do valor a ser revisto, perto de R\$ 120 bilhões.

O ajuste será possível em razão da revisão de algumas despesas, como os benefícios vinculados ao salário mínimo, além de outras iniciativas que ainda dependem de aprovação no Congresso.

Um exemplo é a MP (medida provisória) eliminando os 10% da multa extra do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) que empresas pagam em caso de demissão sem justa causa (o percentual é aplicado sobre o montante pago ao trabalhador ao longo do vínculo empregatício).

Como o valor apenas circula pelo Orçamento, sendo direcionado ao próprio fundo, acaba tirando espaço para despesas no cálculo do teto de gastos.

Outras medidas incluem congelar reajustes salariais a servidores públicos e impedir que os funcionários possam progredir na carreira.

Também foi constatado que não poderão ser contratados novos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. A avaliação é que só os contratos em execução poderão continuar a receber recursos.

Técnicos do governo afirmam que, caso o novo Orçamento seja enviado após 6 de novembro, será possível inserir também os valores arrecadados com o megaleilão da cessão onerosa (que prevê R\$ 10,6 bilhões em receita a ser dividida entre Petrobras, União, estados e municípios).

Mesmo assim, o recolhimento não resolve o problema maior do governo no próximo ano, que é o teto de gastos.

Para contornar as pressões políticas contra a norma constitucional e desafogar o Orçamento, o governo passou a trabalhar em mais de uma frente de ação nos cortes.

Um caminho é a chamada PEC Emergencial, que dá alívio de curto prazo ao Orçamento em 2020 e também nos anos seguintes com maior controle sobre gastos obrigatórios (em especial com o funcionalismo público).

As iniciativas devem ser incluídas no conjunto de mudanças em regras fiscais e orçamentárias planejadas por Guedes no pacote chamado por ele de pacto federativo.

O objetivo original do pacto era desobrigar, desvincular e desindexar o Orçamento para liberar espaço para despesas.

Um dos pilares prevê a extinção de boa parte dos mais de 200 fundos públicos que recebem recursos e têm destinação ligada a objetivos específicos. Há estoque de cerca de R\$ 200 bilhões que podem ser usados, a partir da desvinculação, para outros fins.

A liberação dos fundos não teria impacto fiscal, mas deve reduzir a necessidade de o governo se endividar para pagar gastos correntes como aposentadorias e pensões.

Ao longo de mais de um ano de discussões, o pacto foi ganhando outros componentes, como a redistribuição de recursos do petróleo (até mesmo a estados não produtores).

Também deve ser colocada em discussão no Congresso Nacional a revisão dos patamares mínimos para a saúde e a educação, conforme mostrou a Folha.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou nesta quinta-feira (24) que as regras em discussão devem criar ainda a figura do estado de emergência fiscal, quando poderiam ser acionados gatilhos que permitiriam limitação de despesas obrigatórias como aquelas destinadas a salários com servidores. A medida pode englobar estados e municípios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/10/2019

Seção: Especial

Autor: Matheus Moreira

Título: Após tuíte de Salles, Greenpeace diz que tomará medidas legais contra ministro

São Paulo Após usar um vídeo editado para criticar o Greenpeace na última segunda-feira (21), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, publicou nesta quinta (24) uma foto do navio Esperanza, da ONG, sugerindo que a embarcação poderia estar relacionada ao derramamento do óleo que atinge o litoral do Nordeste de 30 de agosto.

“Tem umas coincidências na vida né... Parece que o navio do #greenpixe estava justamente navegando em águas internacionais, em frente ao litoral brasileiro b em na época do derramamento de óleo venezuelano... (sic)”, Salles escreveu no Twitter.

A publicação do ministro dá a entender que a foto é atual. Entretanto, o primeiro registro de publicação da imagem é de 2016, ocasião em que o navio Esperanza estava no oceano Índico protestando contra o que a ONG classificava como pesca destrutiva por meio do uso de dispositivos que atraem peixes, tirando-os da sua rota.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou explicações de Salles por meio do seu Twitter. “Estamos esperando uma posição oficial do Ministério do Meio Ambiente.”

De acordo com o Greenpeace, durante o período em que o governo estima que ocorreu o derramamento, o navio Esperanza estava na Guiana em expedição para “expor as ameaças das petrolíferas” aos corais da Amazônia.

Atualmente, o navio está em Montevideu, no Uruguai, promovendo a campanha “Proteja os Oceanos”.

Questionado, o Greenpeace disse à Folha que o navio Esperanza é uma embarcação híbrida, de classe Yacht, e habilitada para transporte de carga e de passageiros, mas que não dispõe de estrutura para armazenamento e transporte de petróleo, atividade que requer autorização de órgãos do governo.

A ONG afirma, em nota, que entrará na Justiça contra Salles. “Tomaremos todas as medidas legais cabíveis contra todas as declarações do Ministro Ricardo Salles. As autoridades têm que assumir responsabilidade e respondem pelo Estado de Direito pelos seus atos.”

Desde o início da semana a ONG vem sendo alvo de críticas do ministro. Na segunda-feira, Salles ironizou um vídeo do Greenpeace em que um porta-voz da organização responde à pergunta “Por que o Greenpeace não está nos locais atingidos ajudando na limpeza?”.

“O Greenpeace ‘explicou’ porque não pode ajudar a limpar as praias do Nordeste... ahhtá...(sic)”, escreveu o ministro em rede social.

O vídeo utilizado pelo ministro para criticar a suposta ausência de voluntários da ONG em grupos de limpeza de praias do Nordeste foi editado e parte foi retirada.

A gravação completa tem cerca de três minutos, dos quais mais da metade não aparece na montagem compartilhada pelo ministro.

Na versão original, publicada na última sexta-feira (18), o porta-voz do Greenpeace explica que há voluntários trabalhando junto com instituições governamentais para limpar as praias afetadas. Além disso, a ONG também cita voluntários no Maranhão e Ceará que estariam colhendo depoimentos de moradores e registrando em foto e vídeo os locais afetados.

Na quarta-feira (23), integrantes do Greenpeace fizeram um protesto em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, contra as manchas de óleo que já chegaram a pelo menos 229 locais de 86 municípios nos nove estados do Nordeste, segundo o Ibama.

Os manifestantes simularam um derramamento de petróleo no calçadão do palácio, onde o presidente Jair Bolsonaro (PSL) despacha. Ainda que o protesto tenha sido pacífico, 19 ativistas foram detidos no gramado em frente ao Congresso Nacional e levados ao 50 DP da capital federal para averiguação.

Após algumas horas, eles foram liberados. Segundo a ONG, a polícia não divulgou por que o grupo foi detido.

Para formar as poças de petróleo, os ativistas despejaram no chão um líquido feito com uma mistura de amido de milho, farinha de tapioca, óleo de amêndoas, água e corante. Segundo a ONG, a substância pode ser facilmente retirada com água.

Salles, por meio de postagem em rede social, chamou os ativistas do Greenpeace de ecoterroristas. “Não bastasse não ajudar na limpeza do petróleo venezuelano nas praias do Nordeste, os ecoterroristas ainda depredam patrimônio público”, escreveu o ministro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/10/2019****Seção: Especial****Autor: João Pedro Pitombo****Título: Óleo já atingiu ecossistemas de 14 unidades de conservação do país**

Peixes, mariscos e tartarugas marinhas de áreas de proteção ambiental sofrem danos do desastre

salvador Uma vez por ano, peixes saem do alto-mar e nadam em direção ao estuário de rios como o Tatuamunha, em Alagoas, onde soltam os seus ovos. Ali, os peixes nascem protegidos pelas raízes dos manguezais e têm mais chances de sobrevivência.

À medida que vão amadurecendo, migram para áreas mais abertas, como os recifes de corais, até chegarem ao mar aberto na vida adulta.

O ciclo está ameaçado após a chegada de toneladas de óleo à área de proteção ambiental Costa dos Corais, entre Alagoas e Pernambuco.

E esse é apenas um exemplo de como a contaminação por óleo pode quebrar o ciclo de diversas espécies marinhas do litoral brasileiro, com impacto também socioeconômico nas comunidades que vivem no seu entorno.

Desde o início da chegada das manchas ao litoral nordestino, em 30 de agosto, 14 unidades de conservação federais foram atingidas pelo óleo. Entre as regiões afetadas estão parques nacionais, áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas, reservas biológicas e áreas de interesse ecológico.

As regiões são consideradas sensíveis do ponto de vista ambiental por sua diversidade biológica, além de aspectos estéticos e culturais. Por isso, têm a sua ocupação e uso dos recursos naturais disciplinados por regras que visam garantir a sua sustentabilidade.

Uma das áreas mais atingidas pelo óleo foi a Costa dos Corais, segunda maior área marinha protegida do Brasil. Há cerca de dez dias, uma mancha gigante surgiu na região, que abriga o principal santuário de peixes-boi do país, em Porto de Pedras (a 113 km de Maceió).

De acordo com o biólogo Clemente Coelho Júnior, conselheiro da área de preservação Costa dos Corais, a área é sensível por abrigar estuários de rios, recifes e bancos de gramas marinhas, essenciais para a alimentação e proteção de várias espécies.

“A gente já percebe que todos esses ecossistemas foram atingidos. Sem dúvida estamos frente à maior tragédia ambiental do litoral brasileiro.”

O biólogo ainda destaca o componente socioeconômico na contaminação da área de proteção: os ecossistemas locais são fundamentais para a pesca e para o turismo, principais atividades econômicas dos municípios da região.

No litoral sul de Alagoas, o óleo chegou na área de proteção ambiental de Piaçabuçu, onde fica a foz do rio São Francisco. Para evitar um dano maior no mais importante rio do Nordeste, barreiras de contenção foram instaladas na região da foz.

Nesta quarta (23), porém, uma grande quantidade de vôngoles — mariscos que localmente são chamados de massunins — apareceu morta na praia Pontal do Peba, dentro da área de proteção.

A morte em massa pode ter ocorrido por causa do óleo, já que os mariscos se alimentam filtrando a água que passa rente à areia. O Ibama afirmou que vai investigar as causas da morte dos animais.

Outras duas áreas de proteção ambiental também foram atingidas: Delta do Parnaíba (PI) e Barra do Rio Mamanguape (PB). Além disso, seis reservas extrativistas foram afetadas em cinco estados.

Entre os parques nacionais, o mais afetado foi o dos Lençóis Maranhenses. Somente nesta semana, 700 kg de óleo foram retirados da praia de Travosa, no município de Santo Amaro do Maranhão.

Há duas semanas, o óleo foi visto em outra área do parque: a praia de Atins, em Barreirinhas. Uma tartaruga foi encontrada coberta de óleo.

“Estamos monitorando a faixa costeira do parque para agir com rapidez caso chegue mais óleo”, diz Lucas Garcez, chefe do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Também foi atingido, em menor proporção, o Parque Nacional de Jericoacoara, um dos principais destinos turísticos do Ceará. As manchas, que chegaram há cerca de um mês, já foram retiradas.

Além das unidades de conservação federais, o óleo atingiu áreas de proteção ambiental estaduais e municipais.

Só na Bahia, são sete áreas ambientalmente relevantes afetadas, como a baía de To-dos-os-Santos, a Costa de Ita-caré e Serra Grande, as ilhas de Tinharé e Boipeba. A área mais afetada, porém, foi o litoral norte, um dos principais berçários de tartarugas marinhas no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/10/2019****Seção: Especial****Autor:****Título: Benefício a pescadores pode ser ampliado**

Brasília Presidente interino da República, Davi Alcolumbre (DEM-AP), assinou nesta quinta (24) decreto que dá ao Ministério da Agricultura poder de prolongar o período de defeso para áreas atingidas por contaminação de agentes químicos, físicos ou biológicos.

A medida tem como intenção permitir que a Agricultura prolongue o pagamento de seguro-defeso para os pescadores de áreas afetadas pelas manchas de óleo que afetam o Nordeste.

O seguro-defeso é um auxílio no valor de um salário mínimo, pago a pescadores no período de paralisação temporária da atividade para que as espécies possam se reproduzir e, assim, serem preservadas.

A ministra Tereza Cristina (Agricultura) já havia anunciado no início do mês que faria a antecipação do período de pagamento para os pescadores de áreas afetadas. Isso significaria, no entanto, que o seguro acabaria mais cedo. Com o decreto, a possibilidade de estender esse pagamento fica a critério do ministério.

Alcolumbre, na Presidência da República até esta sexta (25), tenta capitalizar politicamente no espaço deixado pelo presidente Jair Bolsonaro. Alcolumbre foi o primeiro ocupante do cargo a ir até o Nordeste visitar áreas atingidas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/10/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Petrobras lucra R\$ 9,09 bi no terceiro trimestre, alta de 36,8%**

Venda de ações da BR Distribuidora, que foi privatizada, ajudou resultado da estatal, que acumula ganhos de R\$ 32 bilhões no ano, mas reduziu investimentos em 25%

A Petrobras registrou no terceiro trimestre deste ano um lucro líquido de R\$ 9,09 bilhões, em linha com a expectativa de analistas de mercado. O resultado representa uma alta de 36,8% em relação ao do mesmo período de 2018, mas ficou 51,8% abaixo do registrado no segundo trimestre deste ano, que foi

fortemente influenciado pela contabilização, em junho, da venda da rede de gasodutos TAG.

Pesou ainda na redução do ganho nessa comparação as despesas com Imposto de Renda e contribuição social, além de gastos financeiros. Por outro lado, o lucro entre julho e setembro foi favorecido pela venda de ações da Petrobras na BR Distribuidora (R\$ 13,9 bilhões), que resultou na privatização da subsidiária. Assim, nos nove primeiros meses de 2019, a Petrobras acumula ganho líquido de R\$ 32 bilhões, 35% maior que os R\$ 23,7 bilhões registrados no mesmo período de 2018.

Com a queda na demanda por gasolina e diesel, a receita de vendas da estatal somou R\$ 77,05 bilhões no terceiro trimestre, 13,5% abaixo do registrado no mesmo período de 2019. A geração de caixa operacional atingiu R\$ 32,6 bilhões, estável em relação ao segundo trimestre, apesar da baixa no preço internacional do barril (tipo Brent) de petróleo no período. Em comunicado, a estatal registrou que a “queda acentuada” no preço da commodity foi amenizada por melhorias operacionais e aumento da produção do pré-sal, que já é 60,4% do total.

QUEDA NOS INVESTIMENTOS

Analistas classificaram como positivo o resultado operacional no terceiro trimestre, com o aumento de 9,3% na produção de petróleo e gás em relação ao mesmo período de 2018. Luis Sales, da Guide Investimentos, destacou a redução de custos da empresa e a venda de ativos. A dívida bruta da estatal chegou a US\$ 90 bilhões no fim do terceiro trimestre, menor que os US\$ 101 bilhões no fim de junho.

— A atual política da companhia proporciona lucratividade e redução de dívida. O desafio é manter —disse Sales.

A Petrobras reduziu investimentos. Nos primeiros nove meses deste ano, o total chegou a R\$ 7,56 bilhões, queda de 25,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

As ações preferenciais (PN) da Petrobras fecharam ontem com queda de 2,18%, a R\$ 28,32, e as ordinárias (ON) caíram 1,97%, a 30,81, mas o balanço trimestral da empresa só foi divulgado após o fechamento do mercado financeiro.

Segundo Régis Chinchila, analista da Terra Investimentos, o resultado da Petrobras foi positivo, dentro do esperado. Por isso, ele acredita que a ação da estatal tem potencial de valorização este ano e no ano que vem:

— Mas o desafio continua sendo o endividamento, que tem mostrado melhoria nos últimos anos.

O Conselho de Administração aprovou a antecipação de distribuição de remuneração aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 2,6 bilhões, equivalente a R\$ 0,20 por ação ordinária e preferencial em circulação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/10/2019

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO

Título: Nove meses após Brumadinho, Vale volta ao lucro

Mineradora teve ganho de R\$ 6,5 bi no terceiro trimestre sem provisões adicionais por desastre

Depois de dois trimestres consecutivos de prejuízos, a Vale reportou ontem lucro de R\$ 6,5 bilhões entre julho e setembro, alta de 13,7% em relação ao mesmo período de 2018. É o primeiro resultado positivo da mineradora desde o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, em janeiro, mas abaixo da expectativa do mercado. As projeções dos analistas eram de um lucro em torno de R\$ 8,8 bilhões.

As ações ordinárias da Vale (com direito a voto) fecharam ontem em queda de 0,76%, a R\$ 46,75, embora o resultado só tenha sido divulgado após o fim do pregão na Bolsa, a B3.

Segundo a mineradora, o resultado foi positivo porque as provisões de R\$ 7,8 bilhões relacionadas a Brumadinho, à descaracterização da barragem de rejeitos de Germano e à Fundação Renova foram todas reconhecidas no segundo trimestre. Entre julho e setembro não foram feitas provisões adicionais. Mesmo assim, a Vale gastou R\$ 893 milhões com “serviços de comunicação, acomodação e assistência humanitária, equipamentos, serviços jurídicos, água, ajuda alimentícia, impostos, entre outros” em Minas.

No primeiro semestre, as provisões e despesas chegaram a R\$ 24,1 bilhões. No ano, até setembro, a Vale ainda acumula prejuízo líquido de R\$ 264 milhões por Brumadinho.

“No terceiro trimestre, progredimos para a estabilização do nosso negócio e avançamos com o objetivo de reparação integral de Brumadinho. A descaracterização de nove barragens a montante continua, com a conclusão da

primeira barragem prevista para o primeiro trimestre de 2020”, afirmou, em nota, o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo.

A Vale informou que até setembro, os principais acordos para indenizações civis e trabalhistas, que totalizaram R\$ 2,25 bilhões, já haviam sido pagos em compensações por danos materiais e morais, individuais e coletivos.

RECEITAS SUPERAM R\$ 40 BI

Entre julho e setembro, as receitas da empresa somaram de R\$ 40 bilhões —o que representa um aumento de 13% na comparação com o trimestre anterior e de 7,4% em relação ao mesmo período de 2018. O preço do minério de ferro ficou 2% maior que no segundo trimestre e 53% mais alto do que no terceiro trimestre de 2018, puxado pela demanda chinesa.

—A produção de aço cresceu no mundo nos primeiros nove meses do ano, especialmente na China, o que beneficia a Vale — disse Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE RAFAEL GARCIA

Título: O que dizia o manual?

Publicação dita como agir em desastre com óleo, mas governo violou instruções

O Ministério do Meio Ambiente tinha em mãos um manual para implementar o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, o PNC, mas cometeu uma série de violações nos processos listados no documento ao reagir ao derramamento no Nordeste. Se observados, os critérios levariam ao acionamento do plano em 2 de setembro, mas esta medida só ocorreu 41 dias depois, em 11 de outubro.

O Manual do PNC, que foi confeccionado por exigência de um decreto presidencial de 2013, teve sua primeira versão completa em 2018, atrasada, e não chegou a ser publicado oficialmente. Limitada a um círculo restrito da cúpula de MMA, Ibama, Marinha e ANP (Agência Nacional do Petróleo), a obra não foi compartilhada com estados e municípios que atuam na contenção do óleo e não foi distribuída à imprensa.

Analisando o manual, é possível ver ao menos oito violações de procedimento ao comparar a ação do governo com o texto da obra, que tem força legal.

Além de mapear a rede de articulação do governo necessária ao monitoramento da costa para incidentes com óleo, o manual lista os critérios para implementação do PNC, um instrumento para emergência de caráter nacional. Dos 35 critérios listados, há ao menos 18 que se cumpriam ou eram fruto de dúvida no início de outubro, quando o plano ainda não havia sido acionado.

Estas violações de procedimento se somam ao problema gerado em abril pela revogação de dois comitês de reação ao incidente com óleo, exigências do decreto de 2013. Até ontem, o governo não havia ainda anunciado a recomposição desses dois órgãos, essenciais na implementação do plano.

O processo decisório para implementar o plano nacional de contingência para o óleo poderia ter sido iniciado em 30 de agosto, algo que o manual prevê quando “há risco de toque de óleo na costa brasileira”. Naquele dia, quatro praias em Conde (PB), amanhecera oleadas. Em 2 de setembro, o derramamento já era emergência interestadual, com 19 praias oleadas em três estados diferentes, Pernambuco, Sergipe e Paraíba.

HISTÓRICO

O GLOBO contatou dois técnicos ambientais atuantes na elaboração do plano que se negaram a comentar a violação do manual, temendo retaliação. Disseram também não ter recebido versão final do volume.

O ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que deu início ao processo de elaboração do PNC em 2010, diz que o atual ocupante da pasta, Ricardo Salles, viola ao menos 13 dos 23 artigos do decreto que, em 2013, instituíram o plano. Alguns órgãos e equipes especializadas não foram mobilizadas atempo, e a investigação sobre a amplitude do desastre foi comprometida, bem como sua limpeza.

— Nenhum plano de contingência anularia completamente o impacto do óleo sobre as praias, mas poderia reduzi-lo significativamente — diz Minc — Era preciso acionar órgãos estaduais, que têm suas defesas civis, chamar a Petrobras e jogar boias que podem captar qualquer tipo de óleo, mesmo o superficial.

Suely Araújo, ex-presidente do Ibama, assinala que “o ritual estabelecido pelo manual não está sendo seguido”. Como o governo demorou para acionar o plano de emergência, algumas etapas essenciais para mitigar o desastre não podem mais ser recuperadas.

— O PNC sofreu problemas devido à desestruturação organizacional do ministério, que perdeu os colegiados relacionados à reação contra incidentes de

poluição por óleo. A resposta veio muito tarde — lamenta Suely. — Não houve medidas preventivas para evitar a chegada e difusão da substância pelo litoral, não se sabe quando ele chegará às [outras] praias nem qual é a verba necessária para as operações ou de onde virão os recursos.

A esta altura, segundo Suely, o ministério não pode se restringir a medidas descritas em manuais, e deve assumir a articulação com órgãos estaduais e autoridades internacionais.

Um dos sinais do descompasso entre a União e o poder local é um ofício entregue na segunda-feira pelo secretário de Meio Ambiente de Pernambuco, José Antônio Bertotti Jr., a Salles. Bertotti alertava então que era “necessário maior apoio do governo federal” e pedia “urgentemente uma resposta, diante da gravidade da situação”. O MMA ainda não atendeu a solicitação.

Entre as 35 perguntas listadas no manual do PNC como critério para ativar o plano estão pontos a ser verificados como: “Há possibilidade de o óleo afetar área de importância socioeconômica?” e “Há possibilidade de identificar o poluidor?”. O grau de risco medido por tais questões determinaria uma ativação mais ágil do PNC, o que não ocorreu.

O GLOBO questionou o MMA, que não se manifestou sobre o assunto até o fechamento desta edição.

(Colaborou Johanns Eller)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/10/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Perder tempo

Opinião do Globo

NÃO PASSA despercebida a insistência com que autoridades do governo Bolsonaro insistem em repetir que o óleo que suja as praias do Nordeste deve ter sido extraído na Venezuela, conhecida por produzir petróleo pesado.

NÃO ESCAPA a intenção de se ideologizar o desastre ambiental. Em vez de perder tempo na “guerra cultural”, o governo precisa trabalhar na limpeza da costa, da forma mais técnica e profissional possível.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 25/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Augusto Fernandes****Título: Recursos para mitigar efeitos do óleo no NE**

Para tentar amenizar os efeitos da tragédia ambiental causada pelo vazamento de óleo no litoral nordestino, que já afeta 233 pontos em 88 municípios dos nove estados da região, o presidente da República em exercício, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deve editar uma medida provisória para liberar recursos emergenciais aos governos e prefeituras da região por onde a mancha de óleo se espalha desde o início de setembro.

Ontem, ele visitou as praias da Barra de São Miguel (AL) e de Aruana, em Aracaju (SE), ambas atingidas pela substância, e afirmou que quer uma medida provisória para liberar recursos federais para que estados e municípios possam prover aporte aos trabalhadores nas regiões atingidas e que já retiraram mais de mil toneladas do material das praias do Nordeste.

“Identificamos que será muito mais cômodo e produtivo se o governo federal puder, do ponto de vista legislativo, auxiliar o Nordeste, partindo do princípio de que uma MP pode resolver imediatamente o custeio e manutenção das despesas (com a limpeza das praias). O parlamento brasileiro é reticente com esse instrumento chamado MP, mas é uma ferramenta eficaz de combate imediato a episódios dessa natureza, já utilizada por outros governos”, declarou o presidente interino.

“O trabalho que a gente pode fazer é apoiar as ações e ajudar os prefeitos e os estados a terem mais recursos, e resolver esse problema, contratando pessoal para a limpeza das praias. Esse drama é um episódio único e de proporções inimagináveis na história do nosso país”, disse.

Tão logo assumiu a presidência como interino, Alcolumbre anunciou a viagem às praias nordestinas, a primeira de chefe do Executivo ao local desde que as manchas apareceram no início do mês passado. Até ontem, nem o presidente Jair Bolsonaro nem o vice-presidente Hamilton Mourão visitaram as localidades afetadas.

“A nossa vinda é um gesto político e institucional com o nosso país. É um gesto com uma região que tem nosso reconhecimento pela sua capacidade de desenvolvimento econômico a partir do turismo, mas é também uma preocupação do governo central: o que fazer para diminuirmos os danos

causados?”, justificou o presidente em exercício.

Ele assinou um decreto para prolongar, por mais 60 dias, por área e grupos específicos atingidos, o período de seguro-defeso a 60 mil pescadores, nos casos de grave contaminação por agentes químicos, físicos e biológicos. As manchas de óleo fizeram com que diversas localidades pesqueiras fossem atingidas, o que comprometeu a atividade pesqueira.

- **Voluntários sofrem intoxicação**

Algumas pessoas que ajudaram a remover o óleo encontrado nas praias de Pernambuco tiveram sintomas de intoxicação. Dezenove pessoas chegaram a ser hospitalizadas em São José da Coroa Grande e em Ipojuca. Os sintomas relatados são dor de cabeça, enjoo, vômitos, erupções e pontos vermelhos na pele, além de possíveis sintomas respiratórios. Em sete dias, foram recolhidas 985 toneladas de resíduos nas praias do estado. As substâncias encontradas no petróleo são benzeno, tolueno e xileno, perigosos a longo prazo, com potencial cancerígeno e para causar prejuízos ao sistema nervoso central, segundo especialistas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Augusto Fernandes

Título: Salles acusa Greenpeace

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, insinuou ontem, pelas redes sociais, que a organização não governamental de atuação internacional Greenpeace teria vazado, de um de seus navios, o óleo que se espalha pelo litoral do Nordeste desde o início de setembro. “Tem coincidências da vida né... Parece que o navio do #greenpixe estava justamente navegando em águas internacionais, em frente ao litoral brasileiro, bem na época do derramamento de óleo venezuelano”, publicou, junto com a foto de um navio da ONG.

Na quarta-feira, ativistas da organização fizeram uma manifestação contra a atuação do governo federal no combate ao vazamento. Em frente ao Palácio do Planalto, os manifestantes espalharam óleo à base de tapioca e troncos de

árvores queimadas. O ministro chamou os ativistas de “ecoterroristas”. Dezessete pessoas foram presas por causa do ato.

O Greenpeace reagiu ao comentário do ministro e informou que vai acionar o ministro na Justiça. A ONG também se manifestou pelo Twitter. “Novamente @rsallesmma cria falsas acusações para esconder sua incompetência em agir e proteger as pessoas e o meio ambiente. Sua postura não é digna do cargo que ocupa. Quem nos acusa sofreu CONDENAÇÃO por fraude ambiental e MENTIU que estudou em Yale. #InimigoDoMeioAmbiente”, publicou a ONG.

O Greenpeace também informou que vai acionar Salles na Justiça e que o navio Esperanza, da ONG, faz parte da campanha internacional Proteja os Oceanos e não tem autorização para transportar petróleo. “Enquanto o óleo continua atingindo as praias do Nordeste, o ministro Ricardo Salles nos ataca insinuando que seríamos os responsáveis por tal desastre ecológico. Trata-se, mais uma vez, de uma mentira para criar uma cortina de fumaça na tentativa de esconder a incapacidade de Salles em lidar com a situação”, diz a nota. O Ministério do Meio Ambiente não se manifestou com relação à decisão da ONG.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou posicionamento do ministro Salles sobre a origem do vazamento de óleo que desde setembro tem chegado às praias do Nordeste. “Estamos esperando uma posição oficial do Ministério do Meio Ambiente”, escreveu Maia em seu Twitter, ao publicar uma matéria que citava a acusação de Salles contra a ONG. **(AF)**

MME / ASCOM .